

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

**CADA DIA O CAPITALISMO DE ESTADO
AVANÇA UM POUCO MAIS
não há solução?**

Editorial

Quando as transformações sociais se fazem aos poucos corremos o risco de não nos apercebermos facilmente delas. Por isso nos parece indispensável neste momento lembrar nas suas linhas principais a evolução recente da luta de classes em Portugal.

PRIMEIRA FASE: LUTAS REIVINDICATIVAS

O abalo das instituições do Estado capitalista no 25 de Abril facilitou a expansão da autonomia nas lutas operárias e sobretudo o ritmo a que se desenvolviam as formas de organização igualitária do proletariado na luta. O regime anterior não possuía instituições de massas que permanecessem para além da sua destruição. Os sindicatos e os múltiplos partidos que surgiram ou se desenvolveram após o 25 de Abril, não tendo tradição de partidos de massas, foram rápida e facilmente ultrapassados pelos trabalhadores. Por outro lado, o exército, eixo tradicional da estabilidade das instituições capitalistas, estava dividido pelo facto de o 25 de Abril ter sido um golpe em que só parte dele tomou posição activa, de tal forma que as consequências dessa divisão perduram ainda. A própria máquina administrativa estava periclitante e era ultrapassada a múltiplos níveis. Só o prestígio ideológico de que o MFA então gozava por ter derrubado um regime odiado constituía um elo de ligação e de superioridade relativamente às massas trabalhadoras. Entre as brechas abertas por esta crise nas instituições estaduais desenvolveram-se vertiginosamente as instituições anti-estaduais e igualitárias do proletariado na luta -- as comissões de trabalhadores.

Durante este período, que talvez possamos marcar entre o

25 de Abril e Agosto-Setembro de 1974, o principal objectivo imediato das lutas foi a elevação dos salários. Era esse, evidentemente, o problema mais urgente.

As lutas salariais inserem-se, neste seu objectivo limitado, dentro do regime capitalista, pois não contestam o facto básico da exploração capitalista -- o assalariamento. Mas o facto de essas lutas terem decorrido fora das instituições do capitalismo e de nelas se desenvolverem formas sociais igualitárias e anti-repressivas fez com que, para além dos seus objectivos limitados, este movimento reivindicativo tivesse um profundo cariz anti-capitalista. Nele se desenvolveram formas sociais que são o germen da sociedade comunista.

SEGUNDA FASE: LUTA POR NOVAS RELAÇÕES NO TRABALHO

Os aumentos salariais obtidos adiaram por algum tempo os problemas mais prementes do custo da vida e as lutas começaram sobretudo a centrar-se em questões relativas à organização do trabalho e às relações de produção. É certo que o proletariado no desenvolvimento da sua luta tende a pôr em causa o aspecto fundamental que para os trabalhadores assume a sociedade capitalista: a organização do trabalho. Mas a contestação maciça desse aspecto e a rapidez com que ele se desenvolveu deve-se em parte ao facto de o proletariado, autonomamente organizado em comissões democráticas e controladas pelas massas, ter assumido mais rapidamente a consciência do antagonismo completo que existe entre essas formas igualitárias de organização e as formas opressivas do capitalismo.

De Setembro de 1974 até Março de 1975 esta reorganização democrática e igualitária das relações sociais prosseguia no interior de cada empresa e podia parecer que o movimento evoluiria rapidamente para a unificação das várias lutas e para a federação das várias comissões, de modo a que o aparelho de Estado centralizado do capitalismo pudesse ser frontalmente atacado. Mas esta evolução foi interrompida pelos efeitos da reorganização procedida na classe dominante e no seu aparelho de Estado.

(cont. na p. 3)

exploração nas pequenas empresas luta na Candimar

CONTINUAÇÃO DO Nº 32. VER NAS PÁGINAS CENTRAIS O RESUMO DA PARTE JÁ PUBLICADA

Trabalhador A - Eu agora quero dizer uma coisa: estas portas estão abertas a qualquer cidadão que queira aqui entrar e ver o que se passou. Aqui não se esconde nada. Quem chegar aqui é disser

"quero ver aquela pasta, o que se passou com aquele senhor" isto está tudo aberto. Aqui só há sinceridade de homem para homem. Ele é que não foi homem; tentou atraiçoar-nos. Nós tínhamos que defender o pão de nós todos que estamos aqui a trabalhar. Ninguém podia ir para a rua na miséria. Agora o que é pe-

FM VIRTUDE DOS FERIZADOS DO ANO-NOVO ESTE NÚMERO DO JORNAL SAI COM UMA SEMANA DE ATRASO.

na é que os homens que têm pregado tanta moral -- "Vamos salvar as cooperativas", "Vamos salvar os operários", "Vamos salvar isto tudo" -- não vejo nada! Nós estamos aqui, talvez, a dar um exemplo. Estamos sem trabalho, na matéria-prima está empatado o nosso salário e nós estamos aqui todos de cabeça levantada e ninguém arreda pé. Isso é que eu gostava, que os homens viessem aqui e dissessem assim: "Como é que vocês se conseguem governar, como é que vocês conseguem sustentar as vossas casas, co-

(cont. na pag. 4)

De A Reconstrução nº 11, de 15 de Novembro de 1975, boletim da Comissão de Moradores da zona da Arrábida (Porto), extraímos o artigo seguinte:

O processo de expropriações da Arrábida deu entrada na Câmara Municipal do Porto em 13 de Agosto.

Pouco tempo depois foi entregue na Câmara um projecto de rede viária principal, projecto de ruas e estradas, isto pouco mais ou menos em 30 de Agosto, para que os serviços competentes se pudessem pronunciar sobre este mesmo projecto. Isto independentemente do processo de expropriações que haveria de ir para Lisboa.

Cerca de mês e meio depois da entrega do processo de expropriações em 30 de Setembro a repartição de urbanização da Câmara Municipal do Porto reprovou o processo da nossa Brigada Técnica. Concretamente que qualquer morador ficaria a pensar o que nós pensamos: PORQUÊ? Sim, porquê? Invocam estes senhores o não cumprimento dos alinhamentos previstos (alinhamento é a disposição das casas ao longo das ruas). Mas o que aconteceu é que a Câmara Municipal do Porto fez um projecto de rede viária cuja execução destruiria cerca de 60% das casas da Arrábida. Mais de metade das casas da Arrábida seriam destruídas pela abertura de ruas largas (quem sabe se para a burguesia fazer competições automobilísticas) e se isto acontecesse os moradores da Arrábida seriam expulsos para fora do Porto, como é evidente.

Os "alinhamentos" dessas novas avenidas seriam definidos por uma série de prédios novos cuja construção seria fonte de grandes lucros para os capitalistas que neles investissem. Como também é evidente, não seriam os moradores da Arrábida, trabalhadores na sua maioria, que neles iriam habitar, mas sim uma burguesia endinheirada que os pudesse pagar e nessa altura a Arrábida ficava podre como por exemplo Marechal Gomes da Costa. É de notar que a Arrábida, com as suas óptimas paisagens e a sua beleza estonteante, é alvo da cobiça de todos os Quelhas Limas.

Mas para que isto fique mais claro podemos dar um exemplo: O sr. Quelhas Lima (capitalista mais que conhecido na nossa Arrábida) cumprindo os alinhamentos que a câmara quer impôr, pretende construir no Campo das Pedras e sobre as ruínas da ilha do Faquete um conjunto de torres de 15 andares. São estes os alinhamentos que a Câmara Municipal do Porto invoca para reprovar o processo da nossa Brigada Técnica. Mas também aqui se pode perguntar: porque é que os senhores da Câmara Municipal do Porto esperaram tanto tempo para se pronunciarem sobre o nosso processo? Para nós, enfiados um pouco nestas andanças, a resposta é fácil: esperaram que a anterior Comissão Administrativa Militar, que estava do nosso lado, do lado das Comissões de Moradores, se demitisse, para fazerem à vontade o seu trabalho de sapa; agora os senhores da Câmara Municipal do Porto têm a confiança do VI Governo. O VI Governo diz que é preciso poupar, apertar o cinto. O VI Governo fala até em sacrifícios (claro que diz isto em relação aos trabalhadores e não aos burgueses; estes, coitadinhos, podem continuar a viver, a comer e a gozar com tudo o que há de melhor -- que sorte!). A confiança dada pelo VI Governo aos senhores da Câmara faz com que estes imponham para a nossa Arrábida um projecto burgues que seria (são) cinco vezes mais caro do

que ter denotado nada que fizesse com que o plano ficasse retido. Pelo contrário, este plano é bastante mais barato. Ficou assente e foi comunicado que o arq. Távora não via qualquer contra-indicação.

Em relação ao entrave reaccionário da Câmara Municipal do Porto fez-se uma Assembleia Geral de Moradores na qual se discutiram variados assuntos referentes à zona e onde se discutiram as melhores formas de luta a travar contra o inconcebível e reaccionário entrave desses senhores "donos" da Câmara. Os moradores presentes e a Comissão acharam que estas formas de luta haviam de se fazer gradualmente. Começava-se por se enviar uma moção com o parecer dos moradores e se isto nada adiantasse passava-se a acções mais decisivas e por conseguinte mais eficazes. Nesta Assembleia ficou aprovada a seguinte moção:

A população da Arrábida reuniu em Plenário em 25/10/75 e aprovou por aclamação a seguinte moção:

MOÇÃO

- * Considerando que o processo de expropriações foi entregue na Câmara em 13 de Agosto;
- * considerando que decorridos mais de dois meses o processo continua retido na Câmara;
- * considerando que a população e Comissão da Arrábida entende estes atrasos como um boicote na sua justa luta pela habitação;
- * considerando que os órgãos de vontade popular não podem retroceder;
- * considerando que a repartição de urbanização da Câmara Municipal do Porto reprovou o projecto da Brigada Técnica invocando para tal o não cumprimento dos alinhamentos previstos no plano elaborado por essa repartição;
- * considerando que esse plano está ultrapassado pelo projecto do gabinete do Campo Alegre, cujos alinhamentos a Brigada Técnica respeitou;
- * considerando que o projecto da Brigada Técnica é o que serve os interesses dos moradores da Arrábida;
- * considerando que o nosso projecto foi já informado favoravelmente pelo arq. Távora,

Propomos que:

- * Dentro do prazo de 8 dias a Comissão Administrativa da Câmara envie tal projecto para Lisboa à Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo.

Findo esse prazo a população da Arrábida, principalmente as mulheres, estudará e porá em prática novas formas de luta.

Porto, 27 de Outubro de 1975

a Comissão de Moradores.

Depois desta moção ter sido aprovada, um elemento da Comissão fez um apelo aos moradores para que estes dessem o seu total apoio e participação à acção da Comissão de Moradores, e disse a certo momento: "Sem os moradores a Comissão não tem razão de existir" e "esta Comissão é o que os moradores quiserem e fará tudo o que eles lhe impuserem, se isto estiver ao seu alcance, claro está". Falou também mais uma vez no apartidarismo e na autonomia da Comissão de Moradores, e referiu: "A Comissão existirá o tempo que vocês quiserem, dela farão parte quem vocês quiserem, mas moradores não esperem que ela faça milagres nem faça tudo sozinha; só conseguirá avançar mais e mais com o vosso total apoio e espírito de participação. Só seremos uma verdadeira Comissão de Moradores quando todos nós formos um só, quando a Comissão de Moradores forem todos os moradores e não meia dúzia."

Entretanto o arq. Távora, autor da via panorâmica, plano do Campo Alegre, plano este que foi tido em consideração pela Brigada Técnica da Arrábida, quando do seu estudo para a futura rede viária principal, deu a sua aprovação,

Posteriormente, e como tinha ficado assente que daríamos a conhecer, e demos, foram colocados cartazes e dito na reunião da Cooperativa algo como uma boa notícia: o projecto de expropriações foi aprovado e seguiu para Lisboa.



A QUEM A TRABALHAR

Do mesmo boletim extraímos um pequeno artigo intitulado Não tenha medo sr. governador. Para além da crítica à burocracia oficial este artigo ilustra ainda um aspecto que abordamos em editorial: a tendência actual para a integração das comissões num aparelho de Estado renovado.

Muito se tem falado na falta de representatividade das Comissões de Moradores para com os mesmos; não sabemos porque se levantou tanta celeuma em volta de um caso que não é da competência desse governo civil nem muito menos das autarquias locais, pois como deviam saber as comissões de moradores são órgãos autónomos e democraticamente eleitos, e disso não tenha dúvidas o sr. Governador, pois só dependemos da vontade dos moradores e só eles é que podem julgar no que respeita à nossa eleição se foi democrata ou não, coisa que já não se passa com esse Governo Civil, pois os moradores não sabem como foi eleito, pois não contribuíram com o seu voto para a eleição do mesmo, e isso já não se passou em relação às Comissões de Moradores, disso podem ter a certeza; por essa razão é que não queremos fazer parte dessa coisa que é a Comissão Administrativa, que para nós não representa nada, pois não nos juntamos a essa cabalada que é meter partidos pelo meio; não alinhamos com forças de direita, nós somos apartidários.

No que diz respeito à nossa Junta de Freguesia, que diz desconhecer a maneira como fomos eleitos, pois a verdade é que não sabemos nem nunca saberão pois não temos satisfações a dar aos senhores que lá estão. Nós também não sabemos como eles foram eleitos, nenhum dos moradores da Arrábida ou da freguesia do Lordelo deu o seu parecer, por isso nada há a dizer a este respeito a não ser: Somos apartidários e não fazemos alianças com forças reaccionárias.

(cont. na pag. 7)

Editorial

COMBATE

pag. 3 16/1/76

(continuação da pag. 1)

TERCEIRA FASE: AS ESTADUALIZAÇÕES

No 11 de Março a generalização das estadualizações ("nacionalizações") veio responder a necessidades várias da classe dominante, que tentamos analisar em editoriais da altura e que não vamos repetir aqui. Mas essas estadualizações vieram também de encontro a problemas levantados nas próprias lutas operárias. As reivindicações salariais, primeiro e, depois, a reorganização parcial do trabalho a que os operários procederam, levaram muitos patrões privados a abandonar as empresas, o que colocou problemas prementes de salário. A autogestão só era possível em empresas produtoras de bens de consumo e trabalhando sobretudo para o mercado nacional e, mesmo nesses casos, não conseguia resolver de maneira durável o problema da sobrevivência. As estadualizações, assegurando o salário, vieram responder a problemas imediatos. Assim, em muitos casos, agravou-se a distinção entre trabalhadores com uma consciência mais limitada, que concebiam como objectivo da luta o assegurar o salário, e outros cuja prática os levava a ver mais longe e que procuravam lutar pela abolição do salariato.

Se isto levou as estadualizações a ser em geral aceites, não quer dizer no entanto que tenham sempre iludido o proletariado. Em certos sectores elas foram altamente burocráticas, decididas administrativamente e com frequência em oposição às posições dos trabalhadores, e impondo-lhes como novos patrões os tecnocratas estaduais recém-convertidos em capitalistas de Estado (*ver a nota*).

Noutros sectores, porém, as estadualizações foram mais subtis, não tanto por tática como pela própria força das circunstâncias. Embora a tecnocracia em Portugal seja muito vasta e não haja sob esse aspecto falta de quadros para o capitalismo de Estado, a ausência de preparação e a extraordinária incompetência da prática totalidade destes tecnocratas impede-os de controlar directamente todas as unidades de produção. Desenvolveu-se assim uma situação mista, em que certas unidades de produção são directamente controladas pelos capitalistas de Estado -- nomeadamente aquelas imediatamente dependentes do mercado mundial e em que, portanto, a contestação prática das relações capitalistas mais difícilmente se desenvolveu. Noutros sectores são as comissões de trabalhadores a gerir directamente a produção em cada unidade particular, e os capitalistas de Estado são os controlam em segundo grau, mediante os empréstimos de capital e o domínio do mercado (isso exprime-se no controle que possuem das federações de cooperativas, etc.).

Como foi possível que essas comissões de trabalhadores se tornassem, de elementos da organização igualitária do proletariado em luta, em instrumentos do controle burocrático dos capitalistas de Estado?

Numa sociedade predominantemente capitalista o proletariado só desenvolve formas sociais igualitárias e anti-capitalistas enquanto proceder a uma luta prática contra o capitalismo. Só nessa luta é que as instituições igualitárias, germen da sociedade comunista, se desenvolvem. Ora, as estadualizações acarretaram um refluxo da luta das massas, na medida em que vieram responder a certas reivindicações imediatas de sobrevivência, como dissemos. Assim se deu origem a uma certa desmobilização por parte das grandes massas, que teve como efeito diminuir o controle exercido pelos trabalhadores sobre as comissões. É a passividade, mesmo temporária e parcial, das massas o grande factor de burocratização, e é isto que explica que comissões que escassas semanas antes eram um elemento das formas de organização igualitária e anti-capitalista em expansão se convertessem em agentes do controle burocrático dos novos capitalistas de Estado.

Por outro lado, a integração directa ou indirecta das comissões nos aparelhos planificatórios estaduais inseriu-as no tipo de gestão capitalista, que tem como base o elitismo e a especialização. O controle das massas trabalhadoras sobre as comissões tornou-se assim impossível, porque estas deixaram de ter funções meramente executivas para terem funções que escapam ao conhecimento, e até a possibilidade actual de conhecimento, da generalidade dos trabalhadores.

Nesta situação, os trabalhadores não desenvolveram formas de crítica activa e maciça à burocratização, destruindo aquelas comissões de trabalhadores, criando novas comissões e unificando-as, e atacando assim frontalmente o aparelho de Estado centralizado do capitalismo. Pelo contrário, todas as formas de crítica que então se manifestaram tiveram a forma do desinteresse e da passividade perante as iniciativas das comissões de trabalhadores burocratizadas. Estas comissões burocratizadas não conseguiram arrastar consigo as massas proletárias, o que é um facto muito importante que revela o avanço objectivo do proletariado contemporâneo. Mas

tão pouco o proletariado em Portugal, neste período, conseguiu destruir as comissões burocratizadas e lutar activamente contra elas.

Vive-se assim uma época, de que o 25 de Novembro foi a última das manifestações, em que se verificou uma tripla luta social. De um lado a nova burocracia surgida com a assimilação das comissões de trabalhadores pelo capitalismo de Estado lutava contra a burocracia tradicional, encontrando ambas apoios logísticos e sociais em fracções do exército. Os oficiais e comandantes recém-promovidos manifestaram-se em geral ao lado das comissões burocratizadas, enquanto que a numerosa burocracia já existente dos tempos do salazarismo e do marcelismo encontrava apoio por parte da oficialidade superior e dos generais de antes do 25 de Abril. Mas, embora nos seus interesses imediatos estas burocracias se oponham, o capitalismo de Estado como um todo necessita da sua conjugação. A defesa política dessa conjugação é o papel histórico desempenhado pelo grupo burocrático-militar de Melo Antunes, que projecta a combinação de parte do aparelho de Estado existente com as novas comissões burocráticas desenvolvidas sobretudo com o 11 de Março. Mas, para além desta luta entre duas burocracias, o proletariado não deixou durante este período de prosseguir uma luta prática em que se desenvolveram formas igualitárias de organização. O prosseguimento da burocratização das comissões de trabalhadores e o controle das empresas pelo capitalismo de Estado dificultou grandemente o desenvolvimento das formas de organização autónoma nas unidades de produção. Simultaneamente, a crise geral da habitação, a falta de casas e a afrontosa desigualdade neste sector fizeram com que grande parte das lutas imediatas passasse a centrar-se mais nas unidades de habitação (bairros) do que nas unidades de produção (fábricas). Desenvolveram-se assim formas democráticas de organização nos bairros -- as comissões de moradores.

No entanto, sendo as fábricas o centro fundamental do proletariado, a burocratização nas empresas teve um papel fundamental no desenvolvimento da burocratização geral da sociedade e limitou as possibilidades de expansão da luta nos bairros. Por outro lado, a crise no aparelho administrativo, reflexo das mutações gerais do aparelho de Estado, constituía um terreno óptimo para a atribuição às comissões de moradores de um papel administrativo inserido no aparelho capitalista. Em resumo, no campo das comissões de moradores e da luta nos bairros processou-se, embora com certo atraso, uma burocratização semelhante à que se desenvolvera antes nas comissões de trabalhadores.

Hoje este fenómeno de burocratização das comissões de moradores assume proporções tais que muitas delas não resultam da degenerescência de instituições saídas de lutas, mas sim da auto-nomeação de um grupo de pessoas, sem quaisquer lutas que as precedam ou acompanhem. Só a indiferença geral pode permitir que indivíduos isolados se apresentem como "comissão de moradores" ou "grupo dinamizador".

O 25 de Novembro veio mostrar, como dissemos num editorial da altura, que nenhum dos campos burocráticos em luta foi apoiado pelas massas proletárias. A indiferença que o proletariado mostrou face à disputa no seio da classe dominante foi uma forma de crítica. Mas essa crítica só pode converter-se em construção activa da sociedade comunista se deixar de ser um não-apoio passivo a nenhum dos grupos capitalistas de Estado e passar a ser um ataque activo a todos eles.

Em conclusão deste breve histórico podemos dizer que a principal limitação do movimento autónomo do proletariado consistiu no facto de as lutas, sendo autónomas ao nível de cada empresa, não terem conseguido unificar-se autonomamente. O Estado é um aparelho centralizado. O proletariado não pode destruí-lo mediante organizações que reproduzam essa centralização burocrática e repressiva, como são todos os partidos burocratizados e militarizados. Esses partidos só destroem um aparelho de Estado para criarem outro aparelho de Estado. Mas a destruição do Estado e do capitalismo não pode também ser feita de modo parcelar e isolado. Ela só pode resultar da unificação das comissões de trabalhadores, das comissões de moradores e de todas as formações integradas na luta autónoma do proletariado. Não uma centralização repressiva, mas uma unificação igualitária. E não de comissões burocratizadas, mas de comissões inteiramente controladas por um proletariado activo e em luta.

A LUTA NO CAMPO

Uma das grandes lacunas deste jornal foi a falta de artigos sobre as lutas do proletariado agrícola. Mas, mesmo sem ter delas um conhecimento profundo, é visível que as instituições capitalistas de Estado, nomeadamente o IRA, foram largamente ultrapassadas no campo nas zonas de grande lati-

(cont. na pag. 6)

(continuação da pag. 1)

mo é que vocês conseguem as matérias-primas?" Isso é que pôde dar valor ao homem. Agora bater à porta -- "Nós vi-

mos cá ajudar vocês e tal"... muitos cumprimentos, muitos abraços, mas isso é tudo uma autêntica burla. É tudo hipocrisia.

Publicamos aqui a continuação de uma entrevista iniciada no nº32, e cuja publicação se atrasou por um motivo técnico. A entrevista foi realizada na Candimar, Cooperativa de produção de candeeiros e latoaria mecânica, com 12 trabalhadores, em Leça de Palmeira. Participaram na entrevista 5 trabalhadores.

Na parte já publicada os trabalhadores relatam-nos o início da luta e os problemas que tiveram para conseguirem um empréstimo bancário.

A luta começou em Maio de 1975, altura em que os patrões (pequena fábrica de tipo familiar - "Egas Moniz e filhos") declaram falência. Apesar da má gestão da fábrica, em que os dinheiros que entravam directamente eram divididos pelos patrões imediatamente, os trabalhadores nunca lutaram directamente contra esses patrões. Mas estes tentaram utilizar os trabalhadores para a obtenção de empréstimos bancários. Os trabalhadores foram mesmo ao ponto de convidar os patrões a entrar na cooperativa que formaram.

A luta destes trabalhadores centra-se na obtenção de um empréstimo do BIP de 250 contos. Após muitos contactos - com a Federação das Cooperativas, Sindicatos, etc. - e alguns meses de espera, conseguiram 150 contos. Desde Maio que não recebiam ordenado certo.

Os contactos com outras fábricas foram escassos: com a CUTI e a DECORAMA, por exemplo.

Trabalhadores de uma pequena empresa e lutando isoladamente, parecem-nos claras as suas contradições. Se por vezes atingem formas práticas e ideológicas que julgam avançadas, outras vezes são conciliatórias com o capitalismo e depositam grandes esperanças em certas autoridades. Algumas declarações mostram um trabalhador de mentalidade tecnocrática criticando patrões capitalistas com espírito artesão, como a declaração final que será transcrita na conclusão desta entrevista a publicar no próximo número.

Ainda a descrição da luta

COMBATE - Quantos trabalhadores estão aqui?

Trabalhador B - Somos 12.

COMBATE - Vocês continuam a produzir?

Trabalhador B - Continuamos. Isto aqui é sempre a trabalhar.

COMBATE - Vocês vendem directamente às pessoas?

Trabalhador A - Temos os nossos clientes antigos. Alguns deixaram porque o nosso ex-patrão estabeleceu-se. Ele tinha uns anexos numa caseta ou barraco, não sei bem o que é aquilo. Só faz algumas das coisas que aqui se fazem, mas vai fazendo. Entretanto vai vender os nossos produtos a Lisboa. Tínhamos um vendedor em Lisboa que visitava os clientes todos e que vinha cá ou mandava as encomendas para fazer cá na firma. Alguns dos nossos clientes acharam que nós fizemos mal, mas não sabem que nós fizemos foi muito bem porque ele é que abandonou isto, não fomos nós que o pussemos lá fora. Agora o pai, que é um senhor de setenta e tal anos, que está lá em cima, manda-nos chamar e diz que precisa de dinheiro, se nós lhe podíamos dar pelo menos mil escudos por mês, que sabe através do advogado dele que nós até temos que lhos dar...

Trabalhador C - Ele até tem um atestado de pobre passado pela junta.

Trabalhador A - Quem ele?

Trabalhador C - Ele tem um atestado de pobre por causa da filha...

Trabalhador A - Ontem disseram-me -- já me disseram aqui há dias mas eu nunca mais me lembrei, porque o nome é tão feio que eu nem decorei -- o nome que ele chamava aqui ao escritório. Quan-

Luta na Candimar

maltratou-me do piorio, o senhor não imagina. Olhe, maltratou-me de tudo.

COMATE - Quantos donos eram?

Trabalhador A - Era o pai e dois filhos.

Trabalhador B - Que nos tratavam mal. Nós estávamos a vergar uns tubos quadrados, que é com resina. Quando era ele que fazia não cheirava mal, não incomodava o senhor. Mas como agora somos nós, já o incomoda. Ele queria chamar as forças armadas e tudo, mas o que não se lembra é que estamos a pagar a renda dele. Pagamos um conto de habitação, portanto não somos assim tão maus como ele julgava. Fechou-nos um portal dali, daquele lado, que era a passagem e onde nós metíamos a carrinha, lavávamos e pintávamos, e agora não nos deixa fazer nada. Disse que até nos comia a fogo. Ele até tem uma arma.

Trabalhador C - Ele está com renda de casa e vivendo de graça, que somos nós que a pagamos, e protestou que chamava as forças armadas, mas eu não sei como é que ele foi tirar um atestado de pobre e tem automóvel à porta. Isso é que eu queria que me respondessem, como é que consegue isso com carro à porta e com uma filha a estudar.

Trabalhador A - E tem uma reforma da Caixa de 1.650\$00.

"Orientar está muito certo mas mandar não"

Trabalhador B - Há tempos uma pomba correio fugiu para casa dele e eu mando lá o rapazito: "Vai ao senhor Egas ver se ele me pode dar a pomba que fugiu para casa dele". "Vá lá você que ele está sentado nas escadas". Eu vou lá e digo: "Oh senhor Egas, fugiu para cá a pomba" e ele disse: "Não sei se ela estará lá". "Está" disse eu, "tenho a certeza que ela está ali". "Bem" disse ele, "eu dou-lhe a pomba mas eu sei que o senhor é que manda no escritório, mais a dona...". E eu disse: "Mandar, mandamos todos. Aqui somos todos trabalha-

dores, todos mandam. Lá isso de orientar a coisa desta maneira ou daquela está tudo muito certo, mas agora mandar não". "Mas eu sei que você está à frente daquilo mais ela" dizia ele "e sabem que vocês têm de me dar o meu ordenado". E digo eu assim: "É natural; quando isto for a tribunal depois se há-de resolver como é que há-de ser isso, porque o senhor deve-nos muito mais a nós. São trezentos e tal contos que deve ao pessoal. Fora disso, se formos a ver ainda é muito mais".

"Ameaçou trazer os empregados dele que davam cabo disto tudo"

Trabalhador A - Sabe o que é que eles faziam? Quando telefonavam para eles os fornecedores a pedir para receberem, eles julgavam que tinham o financiamento e diziam: "Vão lá que eles já têm dinheiro". E nós vimo-nos doentes para conseguirmos atender aqui esses sujeitos. Um deles até nos ameaçou que vinha trazer para cá os empregados dele e que iam dar cabo disto tudo...

Trabalhador B - Virar trabalhadores contra trabalhadores!

Trabalhador A - Que isto era também dele. Se esta máquina é nossa também era dele, dos empregados dele. Portanto, temos problemas para mandar os ho-



menzinhos embora. Alguém que resolve. A NÚDICA disse que as máquinas eram dos empregados dele e a SONER disse que ia mandar já aqui um carro com os empregados dele e que iam dar cabo disto tudo.

Trabalhador B - Quer dizer, a sociedade tinha muito por onde dar. Quando tal, tinha que dar uma peça a cada um, neste andamento.

"Ofereciam à família e debitavam a nós"

Trabalhador C - Bom, isto era uma sociedade do tempo da família, porque eles até aqui há uns anos atrás já tinham retirado as cotas cada um e deixou de existir capital dentro da firma. Foi pelo Natal... Talvez fosse o melhor Natal que eles tiveram; até compraram máquinas lá para cima...

Trabalhador B - Máquina de lavar, máquina de fazer café, torradeira.

Trabalhador C - Eram pagos os candeeiros ali fora e ele dividia na nossa frente, para o pai, para o filho. "Pega lá tu, pega lá tu". Na nossa frente. A fazer o roubo ao Estado e a nós próprios com a vida que ele fazia.

Trabalhador A - Eles ofereciam à família, por exemplo, uma máquina disto ou daquilo e debitavam-na a nós, em nome da firma.

Trabalhador C - Mas na boca deles somos ladroses. É então o que havemos de chamar a eles?

Trabalhador B - É que é mesmo assim. Porque nos temos documentação aqui. Temos a documentação de uma coisa que compraram para casa, está aqui tudo. Assim tinha que ir abaixo. Nós vamos lutando, mas sempre com dificuldades. É um problema. Veja bem. Eu tenho dois filhos a estudar e a levar dois contos por mês! Tenho uma no 6º ano e tenho outro no 1º ano. Mas só para livros, eu nem vejo como posso lutar. Até porque não pago renda de casa, mas ando sempre teso, sempre. Ando sempre como um cão. Às vezes digo à minha mulher: "Não há dinheiro". "Então não há? Oh que diabo, como é que eu me posso governar? A tua filha está agora a pedir 30\$00 para isto. Agora diz que precisa de um conto de reis para comprar livros, e pouco troco traz". E eu digo: "Um conto de reis?" "Sim". E lá me vão novecentos e tal escudos em livros. E eu digo: "Estou desgraçado. Que é que hei-de fazer à minha vida?" Isto às vezes, digo quanto é franco, até me dá na ideia de ir roubar que é para safar a vida.

Trabalhador C - Roubar não porque já está acusado por isso.

Trabalhador B - Gatuno já sou. Já somos todos aqui dentro. Somos gatunos mas não nos podem acusar disso. Não há provas.

Trabalhador C - Por falarmos em roubar: Há uma coisa muito engraçada. Muita gente não compreende o que é uma finalidade, como se vai formar uma cooperativa. Muita gente vê as coisas totalmente diferentes. Eu gostava que qualquer pessoa quando suspeitasse de como se formou uma cooperativa a fosse visitar, que fosse estudar o problema que se criou entre a entidade patronal e a sua classe operária, e depois então discutisse o problema com eles. Nós já tivemos aqui fregueses da casa e amigos até do patrão que nos viravam a ca-

disse-nos: "Rapazes, trazei a mercadoraria que eu pago a dinheiro". E ele pagou-nos a dinheiro. Chamou-nos de tudo quanto é mais rasca...

Trabalhador A - Ao fim de uns poucos de meses.

Trabalhador C - E outros têm vindo aqui e todos nos têm ajudado.

ra e insultaram-nos, e hoje estão a bater-nos aqui à porta. Há uma casa a que o patrão deve sessenta e tal contos, na cidade do Porto, e ainda há um bocado

"Para pagarmos tiramos ao nosso ordenado"

Trabalhador A - Mas a crédito ninguém nos vende, praticamente. Estão todos queimados quanto aos débitos da empresa, portanto não estão para nos vender. Talvez não tenham confiança em nós. Ora nós pagamos porque para isso estamos a tirar ao nosso ordenado. Caso contrário, levávamos o nosso ordenado e acabou-se. Estamos com as nossas contas em dia. Não vejo porque estão com medo de nós.

COMBATE - Portanto, não têm grandes

dificuldades de fornecimentos?

Trabalhador A - Exactamente. Só podemos comprar quando tivermos dinheiro. Agora tivemos o financiamento, claro, mas antes estávamos à espera de que tivéssemos um cheque de 3 ou 4 contos para se ir comprar chapa. Andávamos sempre nesse problema. Sempre ansiosos de que chegasse uma carta com um cheque.

Trabalhador B - Parecemos pobre a mendigar.

Cooperativa, autogestão e o sr. dr. da Intersindical

COMBATE - Como é que surgiu a ideia da cooperativa?

Trabalhador A - Foi no Ministério do Trabalho.

Trabalhador B - Sim. Depois fomos a uma reunião a que nos mandaram, no cerco do Porto, em Rio Tinto, e foi aí que a gente encontrou o Dr. da Intersindical que nos apresentou ao sr. Carlos Lopes e disse: "Sr. Carlos Lopes, estão aqui estes senhores que estão numa situação assim e assim, veja o que se pode fazer". "Sim senhor, meus amigos, então amanhã lá na federação levem o pessoal (fomos parece que uns oito) que nós resolvemos isso". Fomos lá -- "apresentem a documentação, preencham isto, preencham aquilo, façam isto e façam aquilo", e pronto. E dali começamos a entrar na cooperativa e foi assim que

chegamos a este ponto. Estivemos no sindicato, no Ministério do Trabalho, fomos a isso tudo, isto é, foi uma manobra entre tudo.

Trabalhador A - Só tivemos problemas em escolher o nome e o telefone.

COMBATE - Mas qual é a vantagem que vêm?...?

Trabalhador B - Na cooperativa? Quer dizer, temos que o patrão não aguentava isto...

Trabalhador A - Não temos vantagens nem desvantagens, vá lá. Eles não aguentavam isto, ia-se para o desemprego. Em autogestão não se podia estar, havia um prazo que me parece era de três meses. Qual é a única solução? Vamos para uma cooperativa.

COMBATE - Vocês não pensavam na autogestão em vez da cooperativa?

Trabalhador A - Salvo erro aquilo é só durante algum tempo. Estávamos su-

jeitos, segundo nos diziam, se ficássemos em autogestão, ao patrão entrar lá de um momento para o outro. Porque ele mete um advogado e vocês têm que entregar a casa. Se isto é uma cooperativa já não é tão fácil. Neste momento ele não nos interessa, porque não é capaz de estar à frente de uma fábrica. Se quiserem meter alguém à altura, escolham outra pessoa mas não pode ser ele. Escolham outra pessoa para aqui.

Para que precisamos de patrão? O que é preciso é que seja uma pessoa que nos ajude a trabalhar. Eles vem para aqui, cruzam os braços, e mandam-nos resolver nós os problemas. Resolver por resolver, resolvemos nós antes.

Trabalhador D - A gente a dizer-lhe que era preciso material, como aconteceu com aquela passagem do...

Trabalhador B - ... "Não têm aí X? Empréstimo e vá buscá-la". "Tem 50\$00? Olhe, então vá lá buscar o material". Nós é que vamos buscar do nosso bolso e ainda vamos dar o material à casa?

Trabalhador A - Eles precisavam de gás. Não havia sequer uma garrafa de gás. "Olhe não há dinheiro. Entre todos -- dez escudões a cada um e vão comprar".

Trabalhador B - E depois vem a manobra deles, pai e filho. Foram lá dentro e disseram: "O senhor podia ir com isto ao banco, porque se o senhor assinar eles emprestam o dinheiro." "Eles emprestam o dinheiro? Não senhor, isto é seu, não é meu". "Mas o senhor sempre faz força, e eles também..." Eu até era para ir, mas disse: "Então vai tu que eu fico. Aguenta-se". O que era a intenção dele? Era, pela parte que me tocava a mim... eu é que ia ser fiador dele. E diz-me ele assim: "Se eu tivéssemos 400 contos arrancava para o Brasil".

(cont. na pag. 7)

Editorial

(continuação da pag. 3)

fúndio, e que o proletariado agrícola mantém hoje um elevado grau de mobilização e iniciativa autónoma, nessas zonas. Mais importante ainda, são vários os casos de unificação parcelar de lutas e de organizações autónomas.

No entanto, no capitalismo contemporâneo o campo depende inteiramente da indústria, quer pelo fornecimento de adubos e meios de produção, quer pelo controle do mercado. Por isso o capitalismo de Estado não pode ser eficazmente atacado só a partir do campo.

É possível, porém, que o dinamismo das lutas rurais atrase e dificulte o processo de consolidação do Estado, de forma a favorecer um eventual recrudescimento posterior das lutas do proletariado industrial.

DOIS EXEMPLOS ACTUAIS DE BUROCRATIZAÇÃO

Dois exemplos actuais podem mostrar o significado da burocratização e o papel que os partidos "de esquerda" (na realidade construtores do capitalismo de Estado) aí desempenham. O primeiro é o caso do jornal *República*. O segundo diz respeito a certas comissões de moradores.

A luta dos tipógrafos e alguns outros trabalhadores do *República* contra a generalidade dos jornalistas teve um significado altamente revolucionário. Tratava-se de atacar o monopólio da informação e da cultura de que as camadas intelectuais têm até agora disposto sem excepção. Porém, este aspecto revolucionário da luta só podia continuar se o *República* não fosse somente aberto ao grupo particular dos seus trabalhadores, e sim a todos os trabalhadores. Não foi isto que aconteceu, e a burocratização do jornal acentuou-se, servindo cada vez mais de plataforma a certos partidos políticos, nomeadamente UDP e PRP. Daí o isolamento crescente face ao proletariado e a atitude passiva por este assumida relativamente ao jornal. Na altura do 25 de Novembro podia ter-se alterado esta situação, se o *República* se tivesse aberto decididamente à generalidade da classe proletária, destruindo os esquemas do jornalismo tradicional que reproduz o monopólio da cultura pela classe dominante, como chegou a ser proposto na reunião de comissões de trabalhadores e de moradores que teve lugar na Baixa da Banheira a 30 de Novembro, durante o estado de sítio. Mas esta reunião não conseguiu desenvolver-se num movimento autónomo, o "secretariado provisório" que nela se constituiu revelou-se um apêndice da UDP, e as massas proletárias manifestaram o seu desinteresse votando-o ao esquecimento. A UDP já revelou o fracasso convertendo-o de "secretariado provisório" em "grupo dinamizador", até que ele desapareça silenciosamente nas esquinas da sua tática política. E, já que não podem controlar o movimento de massas -- sonho de todos os partidos -- a UDP e o PRP preferem acabar silenciosamente com o *República* em vez de o abrir às massas operárias. Oferecem-se demagógicamente para conversações com o antigo corpo redactorial, que para nada precisa já do *República* visto que dispõe de *A Luta*. Não interessa aqui que o *República* não pudesse sobreviver economicamente durante muito tempo. O fundamental é que podia ter constituído, durante algumas semanas ou mesmo que só durante alguns dias, um instrumento de importância revolucionária incalculável. Aberto às lutas operárias, aberto directamente à colaboração operária, fazendo das empresas os seus órgãos de distribuição e de redacção, o jornal podia ser um elemento importantíssimo para a unificação autónoma das lutas. Mas o proletariado não o conseguiu e os partidos mostraram o seu verdadeiro carácter e as suas verdadeiras funções preferindo destruir o jornal a deixá-lo contribuir para o desenvolvimento do movimento autónomo, que na sua vovagem arrastaria Estado, partidos e todos os apêndices do capitalismo.

Outro exemplo flagrante de burocratização é o sistema de definição das rendas de casa estabelecido pelas comissões de moradores de Setúbal e pela comissão de moradores dos Cedros (Linda a Velha, perto de Lisboa), para só falar nestas. Estes sistemas são de tal forma complexos, estabelecendo equações de múltiplos factores, que mostram que não podem ter resultado da iniciativa dos trabalhadores; no caso de Setúbal, aliás, é confessa a interferência de técnicos do Gabinete de Planeamento da Câmara e do Fundo de Fomento da Habitação, de forma que as comissões de moradores actuam como novas Juntas de Freguesia, novos órgãos locais do aparelho de Estado. Assim, não só as massas trabalhadoras são afastadas da elaboração destes sistemas de pagamento, como a

sua aplicação aos casos concretos escapa inteiramente aos trabalhadores, que ficam na dependência dos novos especialistas, como até agora estiveram sujeitos aos antigos especialistas. Só aos exploradores interessam processos legais complicados, cujo conhecimento e execução escapam ao proletariado. A justiça proletária é simples e elementar, faz-se por entendimento mútuo e é anti-formalista. Ao estabelecer estes critérios ultra-complicados, a burocracia está já a criar as condições da sua reprodução.

E AGORA?

O 25 de Novembro constitui um passo importante na unificação da classe dominante, fazendo prevalecer um dos vários projectos repressivos propostos e criando condições para a unificação do aparelho militar.

No entanto, o aparelho repressivo governamental não está ainda suficientemente estruturado para poder resistir a uma grande vaga de revolta, os partidos e os sindicatos continuam sem qualquer base de massas e os primeiros estão mesmo ideologicamente mais isolados do que há algum tempo atrás, e o prestígio de que o MFA gozava logo após o 25 de Abril esvauiu-se na política anti-operária e no permanente lavar de roupa suja.

Sob este aspecto, são as comissões de trabalhadores e de moradores burocratizadas que constituem o principal veículo de contenção do proletariado e de planificação económica do sistema produtivo e da força de trabalho. As alternativas são relativamente claras. Ou o grupo hoje politicamente dominante -- o grupo de Melo Antunes -- consegue prosseguir a reorganização do aparelho de Estado integrando órgãos tradicionais e essas novas comissões; ou a vaga de revolta, generalizando a toda a classe proletária a luta prática, destrói as comissões burocratizadas e prossegue a unificação autónoma, atacando frontalmente o aparelho de Estado. Neste último caso, a relativa desorganização da classe dominante tornar-lhe-á difícil a repressão generalizada e é possível uma vitória do proletariado que desenvolveria a organização social igualitária e comunizante -- durante quanto tempo? A partir daí o ritmo da revolução portuguesa dependerá especialmente do ritmo da revolução mundial. O capitalismo é um sistema altamente integrado, o mercado mundial é dominante e é impossível derrubá-lo nos limites de fronteiras nacionais.

Nesta situação, a classe dominante evitará uma repressão generalizada e maciça que muito provavelmente suscitaria uma revolta também geral a todo o proletariado, e tentará quando necessário recorrer a repressões fortes mas localizadas. É esta a base da aliança actual entre o grupo de Melo Antunes e os clãs militares tradicionalistas de Jaime Neves, Pires Veloso e outros, bem como é neste objectivo que se reestrutura o exército como corpo profissional e altamente hierarquizado.

Qual destas alternativas prevalecerá? As próximas semanas são decisivas. O custo da vida agrava-se, a burocratização acentua-se, o capitalismo de Estado aparece sem magias nem demagogias com a sua verdadeira face, hediondo, repressivo, militarista. Ele não goza do apoio dos trabalhadores, mas transformar-se-á a passividade actual do proletariado em vaga de revolta? Se, face ao presente agravamento das condições de vida, essa vaga de revolta não se verificar, isso significa que o refluxo e a passividade são mais profundos e duradouros.

Nessas circunstâncias, é forçoso repensarem-se as modalidades de intervenção dos operários revolucionários e de todos os activistas. Será preciso, então, prepararmo-nos, em toda a verdadeira dimensão, para uma luta contra a corrente.

(Nota) Os mais variados sectores políticos falam hoje, a maior parte das vezes com descarada demagogia, de capitalismo de Estado. Em nosso entender o capitalismo de Estado combina três factores principais: a propriedade capitalista dos meios de produção e realizada por intermédio do Estado; o Estado gere o funcionamento da economia; o Estado controla e planifica a movimentação da força de trabalho. Existe deste modo uma hierarquização rígida da sociedade e tenta planificar-se a totalidade das suas actividades. É complexo definir a actual situação económico-social em Portugal. O primeiro destes factores existe generalizadamente após o 11 de Março; quanto ao segundo, cada vez mais os tecnocratas estaduais conseguem realizar a planificação; o terceiro factor não se pode considerar realizado, e sobre ele incide afinal todo este editorial. Temos pois uma situação em que o capitalismo de Estado é o sonho da nova classe dominante, que o conseguiu já realizar em alguns dos seus aspectos principais.

(continuação da pag. 5)

Ora bem, se por acaso eles lhe emprestavam a massa ele arrancava e nós ficávamos desgraçados.

Trabalhador C - Era mais um que ia para o Brasil.

Trabalhador B - Estão a compreender? Era mais um que embarcava.

Créditos e nacionalizações

COMBATE - Ainda voltamos ao problema do crédito bancário: vocês não tentaram contactar com as comissões de trabalhadores dos bancos?

Trabalhador A - Contactámos. Estivemos em contacto com o Sindicato dos Bancários. O Sindicato dos Bancários ten-

tou lá através dos directores e das pessoas do geito deles ver se conseguia... Mas não conseguiu, porque não sabiam porque ninguém nos dava financiamento. Mesmo lá, eles telefonavam e diziam: "Vou tentar falar no vosso caso. Olhe, nós não conseguimos nada. Parece impossível. Aqui há alguém que está a pô-

entraves no vosso caso. Mas nós nunca conseguimos saber quem é esse alguém. Em todas as reuniões a que vamos nós não conseguimos". No Banco de Angola um senhor que estava a tratar dos assuntos tinha salvo erro oito casos parecidos para resolver. Resolveram todos excepto o nosso porque não conseguia. ultimamente conseguiu-se através do Borges e não sei porquê.

Trabalhador B - Se fosse uma casa grande, que tivesse muitos empregados, tudo isso se resolvia. Mas como é meia dúzia deles, uns desgraçados! É um problema.

CONCLUI NO PRÓXIMO NÚMERO

A LUTA ANTI-MILITARISTA

(continuação da pag. 8)

grande simpatia continua, no entanto, a existir no interior dos quartéis pela movimentação e os objectivos da luta -- mesmo por parte dos sectores menos activos e que mais rapidamente se desmobilizaram.

O governo francês reagiu com um rigor desusado à contestação no interior do exército. Existe neste momento nas cadeias de França o número mais elevado de prisioneiros políticos desde há longos anos: 5 autonomistas (bascos, occitanos e bretões, sendo parte de direitos ou mesmo fascistas), 4 do GAFI (anarquistas) e os restantes são soldados e sindicalistas responsáveis na luta

anti-militarista. Uma campanha maciça e obstinada foi feita através dos órgãos de informação contra o perigo da divisão e insubmissão no exército, órgão chave da defesa nacional. As referências à situação de contestação e luta no interior do exército português foram constantes e manipuladas como alarme do que se tinha a todo o custo de evitar em França. Nesse contexto se insere a expulsão de França de dois soldados portugueses dos SUV, que se tinham deslocado para participar num comício anti-militarista na Universidade de Toulouse e falarem da sua experiência de luta. A polícia francesa penetrou -- acto sem precedentes próximos -- nas dependências da Universidade, deteve os

dois soldados e conduziu-os à fronteira, sob prisão.

Tal o medo dos gestores políticos da sociedade capitalista de tudo quanto ponha em causa e ameace os sacrosantos órgãos da sua repressão às lutas dos explorados e dos oprimidos -- dos exércitos de opressão colonial, dos exércitos de agressão, dos exércitos peões do jogo de forças dos equilíbrios inter-blocos, dos exércitos órgãos de repressão militar interna, dos exércitos fura-greves.

A luta anti-militarista das últimas semanas em França mostrou-nos, com uma grande clareza, a intolerabilidade para o governo que essa luta representou. As reivindicações exprimidas eram utópicas pelo que representavam de contradição com a função do exército na sociedade capitalista francesa. E era precisamente por serem utópicas que elas foram revolucionárias: pretenderam, não "melhorar" o exército, mas sim contestar a sua própria existência, lutando por coisas que eram incompatíveis com a função do exército em França. Essa luta apareceu aos olhos do governo e dos capitalistas de França como ela era: uma luta contra o exército e a repressão dos exploradores sobre os explorados, um ataque a um dos pilares fundamentais da sociedade capitalista, uma revolta de explorados que se recusaram a continuar a sê-lo e se recusaram a cooperar com a repressão aos outros explorados.

Uma semente de desintegração num dos pontos mais íntimos e cruciais para a manutenção do regime de exploração capitalista.

“a reconstrução”

(continuação da pag. 2)

Quando as pessoas que estiverem à frente da Junta de Freguesia forem eleitos pelos moradores de Lordelo, pois aí nós teremos não só obrigação como imenso gosto de trabalharmos juntos para a mesma finalidade: dar aos trabalhadores tudo aquilo a que eles têm direito. Enquanto forem os partidos políticos a designarem quem há-de lá estar sem consultarem os moradores nós dizemos:

- não damos informações,
- autonomia total das comissões de moradores.

QUERIA ASSINAR O "COMBATE" DESDE O Nº:
1 ano (26 números)-90\$00; 6 meses (13 números) - 45\$00
Apoio (anual)-120\$00 mínimo
Europa (1 Ano -165\$00);USA (1 ano 210\$00) (por avião)
Angola (1 ano 207\$00)

QUERIA VENDER "COMBATE"
Junto envio \$
(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

Claro que a classe dominante se servia desta auto-organização das populações para melhor segurar a sua cruel democracia. E fazia isto através de todos os seus representantes:

CLARO QUE O NOSSO POVO SE DEVE ORGANIZAR! DEVE RESOLVER POR SI OS SEUS PROBLEMAS - DEVE CONSEGUIR LUZ, ÁGUA, MÉDICOS, ETC! ESSAS SUAS ORGANIZAÇÕES DEVEM -SE INTEGRAR NO ESTADO DEMOCRÁTICO!



Chegava até a utilizar como mão-de-obra grátis a força (e as boas intenções) do povo ferozmente.



ESTA é uma página de Magnífica BANDA desenhada sobre a situação actual que sairá dentro de Dias na CONTRA a CORRENTE

A LUTA ANTI-MILITARISTA EM FRANÇA

O movimento anti-militarista em França, antigo e de tradições fortificadas pela resistência à intervenção colonialista francesa na guerra da Argélia (1958-1963), circunscrevia-se nos últimos anos a pequenas iniciativas de focos de civis ou ex-militares: resistência ao recrutamento, resistência ao encasernamento, à militarização das relações sociais e económicas, e reivindicação de estatuto de objector de consciência.

Até que em Abril de 1974 um documento de soldados, surgido nas vésperas da dividida campanha para as eleições presidenciais Giscard/Mitterand, o *Appel des 100* (Apelo dos 100), relança a luta anti-militarista com um vigor desconhecido nos últimos anos. Nesse documento reivindicavam-se alguns dos pontos tradicionais da luta anti-militarista: aumento do pré dos míseros 30 francos (mais ou menos 180\$00) para o equivalente ao SMIG (salário mínimo francês), supressão dos julgamentos em tribunais militares, direito à livre expressão no interior das forças armadas, etc.

Esse apelo, assinado por cerca de 5.000 militares e civis ao longo do período eleitoral fez renascer a luta. Durante o Verão de 1974 assiste-se à formação de comités de soldados no interior dos quartéis um pouco por toda a França. Em Setembro de 1974 uma gigantesca manifestação de soldados em Draguignan, em luta por aqueles pontos e ainda contra o racismo no interior dos quartéis (o problema tinha particular acuidade em Draguignan, onde muitos dos recrutas eram originários das colónias antilhanas), acaba por fazer recuar o governo francês. Os soldados presos no decurso dessa luta são levados a julgamento, mas condenados a penas meramente simbólicas de um mês de prisão com pena suspensa; ao mesmo tempo é concedido um aumento de 20 francos do pré que, embora ridículamente pequeno, representou uma subida de 75% relativamente à situação anterior.

Sucedem-se as manifestações de soldados: Karlsruhe, na Alemanha Federal, onde as tropas francesas continuam desde o fim da guerra de 1939-45 a sua função de tropas de ocupação (juntamente com destacamentos das forças armadas inglesas, americanas e russas, todas elas financiadas pelos impostos dos contribuintes alemães); Karlsruhe, onde as condições de serviço são particularmente duras devido à hostilidade da população relativamente aos soldados franceses, olhados como estrangeiros ocupantes e vivendo à custa das suas contribuições, e devido ao regime de encasernamento, muito mais rigoroso do que nos quartéis de França; Karlsruhe, para onde tradicionalmente são enviados como represália implícita os militantes políticos da extrema-esquerda francesa -- Karlsruhe assiste a uma manifestação de algumas centenas de soldados franceses aí estacionados. Em

Verdun, em França, numa outra grande manifestação de soldados, a Polícia Militar interveio na repressão.

A luta atinge um grau de radicalização desconhecido quando, em Novembro de 1975, um comité de soldados de Besançon declara que se transforma em secção sindical. Comités de Bordéus e Sochaux seguem-lhe o exemplo. Para a edição de comunicados e imprensa, as secções sindicais de soldados têm o apoio de secções locais do sindicato CFDT (mais radical).

A resposta governamental é de oposição capitalista e capitalista de Estado (Partido Comunista Francês, Partido Socialista e sindicatos: FO, sindicato de direita, CGT, dirigido pelo PCF, e a direcção central da CFDT, mais radical) é imediata e violenta: enquanto o governo se lança numa escalada de repressão contra os soldados em luta e contra os meios militantes, mais ou menos ligados à luta anti-militarista dentro e fora dos quartéis, o cortejo daquelas organizações de oposição assume em bloco uma "corajosa" atitude de condenação das lutas dos soldados de França, exprimindo o seu repúdio pela "desordem" e a "anarquia" no interior das forças armadas.

Por um lado o governo francês ataca frontalmente os participantes na luta: dezenas de soldados são presos, cerca de 30 militantes sindicais que se haviam solidarizado e apoiado activamente a luta são presos também, e a ronda das prisões alastra a todos os meios da extrema-esquerda de que partiram apoios e incitamentos à luta nos últimos tempos: PSU (parecido com o MES), LCR (trotskista), ORA (anarquista), UO (que critica o capitalismo de Estado), PCI (bordiguista) e outros meios de extrema-esquerda vêm militantes e dirigentes seus serem detidos, e as suas sedes serem vasculhadas pela polícia, numa operação de matar dois coelhos com uma cajadada -- ataque à luta anti-militarista por um lado e recolha, por outro, de documentos informações e ficheiros quanto à estrutura e actividade global dessas organizações, identidade dos seus militantes, etc. Mas o Governo francês soube aproveitar bem todas as virtualidades políticas da situação e, para lá da repressão frontal à extrema-esquerda, acentuou a operação de divisão e desmantelamento da já cansada União da Esquerda (PCF+FS). A campanha consistiu em acusar separadamente um e outro partido de estar implicado na desmoralização e subversão do exército francês, e surtiu efeitos: o PS e o

PCF que desde há meses suportam com cada vez mais dificuldades um programa comum de governo e uma cada dia mais hipotética União da Esquerda, cavaram um pouco mais o fesso entre si. Face ao ataque governamental e receosos de perderem a parada recuaram ambos: no oportunismo de renegar a luta dos comités de Besançon, Bordéus e outros foram unânimes; a divisão surgiu na ma-

neira como o fizeram, e que dependeu da dinâmica das bases sociais em que se têm de apoiar: mais claramente direitista o PS (que, ainda que declarando-se favorável à existência de comités de soldados, se manifestou contra qualquer unificação ou federação desses núcleos, com o argumento -- idêntico ao do governo -- de que o exército de um país tem de salvaguardar uma homogeneidade e disciplina indispensáveis à sua função de defesa nacional, ou seja,



desenho de Topor

protestar sim, mas devagar e sem ameaçar a docilidade global de conduta que as hierarquias militares exigem; mais veladamente oportunista o PCF (que, inteiramente à deriva nas contradições em que se viu colocado, se declarou pela formação de um exército democrático em França, mas evitando sabiamente entrar em quaisquer detalhes ou palavras de ordem de carácter mais prático).

O movimento de resistência anti-militarista culmina com a convocação, na semana antes do Natal, de uma manifestação unitária de extrema-esquerda (PSU, LCR, ORA, etc.) em Paris, a que responderam dezenas de milhares de soldados e civis.

A situação actual caracteriza-se, no entanto, já por um movimento de refluxo -- face ao ataque frontal da repressão, face à erosão do tempo e da pequena tração de luta deste tipo no exército francês. Uma conjugação de factores desmobilizantes leva a que neste momento os comités de soldados conheçam uma relativa desmobilização, que as secções sindicais de quartel se tenham praticamente confinado a um trabalho clandestino de edições de textos e apelos. Uma

(cont. na pag. 7)

CONVOCAM-SE TODAS AS COMISSÕES DE MORADORES INTERESSADAS NUM DEBATE DOS SEUS PROBLEMAS NO MOMENTO ACTUAL A COMPARECER NA R. DO BREINER, 50, NO PORTO PELAS 21,30 H. NO DIA 6 DE FEVEREIRO.